



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
CPE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO OBSERVATÓRIO PRÓ-EQUIDADE DA JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO, INSTITUÍDO PELO ATO NORMATIVO STM Nº 847 DE 15/05/2025.

A Presidente do Superior Tribunal Militar, Ministra Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha, no uso de suas atribuições legais, torna pública a realização da **2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA** do Observatório Pró-Equidade da Justiça Militar da União, com o tema "*Protocolos Integrados de Atendimento Humanizado às Vítimas de Violência*".

1. OBJETIVO

A 2ª Audiência Pública tem com o objetivo de promover o debate e coletar contribuições da sociedade civil e das instituições públicas e privadas para a criação de protocolos que garantam um atendimento digno, integrado e eficiente às vítimas de violência.

A realização da 2ª Audiência Pública do Observatório Pró-Equidade da Justiça Militar da União se apresenta como mais uma oportunidade para se debater e colher informações, dados e indicações participativo-democráticas à Política de Equidade, a ser desenvolvida pelos Poderes, nos termos da Constituição e das leis vigentes.

Nesse sentido, a Justiça Militar da União traz a sua parcela de contribuição às Políticas de Estado exigidas pelos Diplomas Internacionais de Direitos Humanos.

2. OBJETO

Este Edital de Convocação estabelece 4 (quatro) eixos temáticos (Segurança, Justiça, Saúde e Assistência Social) para a realização da audiência pública destinada à oitiva da sociedade civil, de especialistas e de instituições públicas e privadas, sobre os seguintes pontos:

- a) Possibilidade da Unificação Sistêmica em APP (sistemas inteligentes) ao atendimento de vítimas (espaços federativos - União, Estados, Municípios e Distrito Federal), com acesso georeferenciado e distinção de segurança;
- b) Viabilidade de Protocolos Unificados em sistemas inteligentes de atendimento público (catalogação de dados), para melhor direcionamento de pesquisas institucionais;
- c) Compartilhamento de responsabilidades sistêmicas na Política de Equidade e de Atendimento Público às Vítimas de Violência (Política de Estado) – espaços de segurança (níveis de acesso);
- d) Possibilidade da Integração informativa atualizada, com mapeamento de acessos facilitados às vítimas.

3. REALIZAÇÃO

A segunda audiência pública do Observatório será realizada no dia 10 de dezembro de 2025, das 14h às 18:30h, no Auditório do Superior Tribunal Militar, localizado no Setor de Autarquias Sul, Quadra 01, Edifício - Sede do STM, Térreo, sob a direção da Presidência desta Corte, com a presença dos integrantes do Observatório Pró-Equidade da Justiça Militar da União.

4. DAS INSCRIÇÕES

Os órgãos, entidades e pessoas interessadas em participar da audiência pública deverão **requerer inscrição até o dia 05 de novembro de 2025**, por meio do endereço eletrônico observatorioproequidade@stm.jus.br.

O pedido de inscrição deve conter os dados do participante (nome, e-mail e telefone), qualificação do órgão, entidade ou especialidade a que está vinculado, acompanhado dos pontos (item 2 e suas alíneas) que pretende abordar nos eixos temáticos.

A inscrição será deferida pelos critérios de representatividade, especialização técnica e garantia de pluralidade de opiniões, inclusive sob o ponto de vista regional.

A relação de inscrições habilitadas a participar da audiência pública estará disponível no portal do Superior Tribunal Militar, até o dia de 20 de novembro de 2025, oportunidade em que será também divulgada toda a programação da audiência.

Serão convidadas autoridades federais, estaduais e/ou municipais que integram o sistema de justiça e de saúde/assistência, bem como entidades e/ou pessoas que possuam representatividade e atuação na temática.

A solicitação da inscrição à participação em audiência pública resulta na autorização do uso da imagem e conteúdos descritos para os devidos fins formativos e informativos, inclusive para fins do registro histórico do Observatório Pró-Equidade da Justiça Militar da União.

5. DA MANIFESTAÇÃO NA AUDIÊNCIA PÚBLICA

O tempo para apresentação das considerações será divulgado após o encerramento das inscrições e poderá variar de 03 (três) a 10 (dez) minutos, conforme o número de participantes habilitados às oitivas em plenário, sem prejuízo das manifestações escritas, em ilimitado número de páginas.

A participação será preferencialmente presencial, mas, caso inviável, os/as convidados (as) ou habilitados(as) poderão solicitar participação por videoconferência no ato de inscrição, pelo e-mail observatorioproequidade@stm.jus.br, até o dia 05 de novembro de 2025.

Considerando as limitações de tempo e de número de participantes, os (as) eventuais inscritos (as) que não integrem a programação oficial poderão apresentar contribuições por escrito até **25 de novembro**, encaminhando-as para o e-mail observatorioproequidade@stm.jus.br, as quais serão avaliadas pelo Grupo de Trabalho do Comitê Executivo do Observatório Pró-Equidade, sob a Coordenação da Juíza Auxiliar da Presidência, Dra. Amini Haddad Campos.

Todas as informações da audiência pública serão gravadas para os fins de documentário e os documentos e manifestações escritas irão compor a documentação oficial à publicação e registros históricos do

Observatório.

Na data da audiência, os(as) participantes que fizerem exposição poderão também apresentar resumo escrito de suas considerações, encaminhando estas ao e-mail observatorioproequidade@stm.jus.br. O encaminhamento do conteúdo significa concordância com o uso do material, para fins formativos e informativos, bem como para utilização concernente ao registro histórico do Observatório.

6. DISPOSIÇÕES FINAIS

A audiência pública será transmitida pelo canal do YouTube do Superior Tribunal Militar e os participantes da audiência, pelo presente, se fazem cientes da transmissão, com o registro de suas manifestações para futura produção de documentário e vídeos didáticos à formação em Direitos Humanos e ao letramento antidiscriminatório.

Dúvidas, solicitações ou informações adicionais sobre a audiência pública poderão ser encaminhadas para a comissão organizadora por meio do e-mail observatorioproequidade@stm.jus.br.

As questões serão respondidas no prazo de até 15 dias da solicitação, conforme ordem cronológica de chegada.

Outras questões externas ao presente edital poderão ser solucionadas pelo Comitê Executivo do Observatório Pró-Equidade, para fins de otimização das ações implementadas ao tema da 2ª Audiência Pública.

Brasília, 16 de setembro de 2025.

Ministra MARIA ELIZABETH GUIMARÃES TEIXEIRA ROCHA

Presidente do Superior Tribunal Militar

Presidente do Observatório Pró-Equidade da Justiça Militar da União



Documento assinado eletronicamente por **MARIA ELIZABETH GUIMARÃES TEIXEIRA ROCHA, MINISTRA-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR**, em 16/09/2025, às 15:56 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.stm.jus.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **4506240** e o código CRC **840421E5**.

4506240v84